

POLÍTICA CORPORATIVA

PC 01 – Política Anticorrupção

REGISTRO DAS REVISÕES

Nº	Data	MOTIVO DAS REVISÕES
0	16/02/2017	Criação da política.
1	18/12/2018	Revisão para padronização da política e adequação à reestruturação societária.
2	11/03/2021	Revisão para: inclusão da citação do Decreto Federal nº 8.420/15 que regulamenta a Lei Federal 12.846/13 adequação dos itens 6, com a atualização dos Princípios da Companhia conforme gestão atual; melhoria textual do documento.
3	24/11/2022	Revisão para: adequação a legislação em vigor Decreto Federal nº 11.129/2022, inclusão da Lei nº 13.709/2018 – LGPD, e Políticas Internas PC 04, PC 16 e Instrução Normativa IN 18. Adequações dos itens 2, 4, 10, 11 e 12.
4	01/03/2023	Revisão da Política: (1) Ajustes textuais, formatação e adequação do item 8 – Canais de Denúncias.
5	12/11/2024	Revisão Anual: (1) Ajustes textuais e formatação.

REVISÃO

DATA: 12/11/2024

**Patrícia Sanglard Fadlallah
Gerência de Integridade, Conformidade e
Gestão de Riscos**

APROVAÇÃO

DATA: 28/11/2024

**Ata da 119ª Reunião do Conselho de
Administração**

ESTE PROCEDIMENTO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA APROVAÇÃO.

REQUER TREINAMENTO: [] SIM [X] NÃO

Código: PC 01	Política Anticorrupção	Vigência a partir de: 28/11/2024
-------------------------	-------------------------------	--

Sumário

1. ABRANGÊNCIA	2
2. FINALIDADE.....	2
3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA	3
4. DEFINIÇÕES	4
5. PRÍNCIPIOS	5
6. DIRETRIZES	6
7. CONTROLE INTERNO	7
8. CANAIS DE DENÚNCIA	9
9. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	9
10. DISPOSIÇÕES FINAIS	10
11. APROVAÇÃO	10

Código: PC 01	Política Anticorrupção	Vigência a partir de: 28/11/2024
-------------------------	-------------------------------	--

1. ABRANGÊNCIA

Esta política aplica-se à Codemge e suas subsidiárias. Para fins desta política, Codemge abrange a própria Codemge e todas as suas subsidiárias.

Aplica-se a todos os agentes públicos, empregados, administradores, conselheiros, acionistas e, na medida do cabível, terceiros e quaisquer outras pessoas com as quais a Codemge e suas subsidiárias mantêm relação comercial, incluindo convênios, contratos, acordos, processos licitatórios, compras em geral, entre outros.

Deve ser aplicada em conjunto com o Código de Conduta do Agente Público e da Alta Administração Estadual (Código de Ética) que é o instrumento de orientação e fortalecimento da consciência ética no relacionamento do agente público do Estado de Minas Gerais com pessoas, com o patrimônio público e leis vigentes.

2. FINALIDADE

Estabelecer diretrizes e reforçar o compromisso da Empresa e suas subsidiárias, de cooperar proativamente com iniciativas e práticas de prevenção e combate à corrupção, em todas as suas formas, e ainda propiciar o atendimento aos requisitos da legislação anticorrupção existente, em especial a Lei nº 12.846/13, Lei nº 8.429/92, Decreto nº 11.129/2022, Decreto Estadual nº 48.821/24, Decreto Estadual nº 46.644/14 e demais normas aplicáveis, incluindo normas internas da Companhia, como o Código de Conduta, Ética e Integridade da Codemge.

Essa Política possui as seguintes finalidades:

- a) Orientar os empregados e terceiros quanto à identificação de condutas e situações que possam configurar atos de corrupção, ilícitos e outros assemelhados.
- b) Contribuir efetivamente na prevenção de fraudes e ilícitos no âmbito da Empresa, considerando seus processos licitatórios, a execução de seus contratos administrativos ou qualquer interação com terceiros, tal como contratações, pagamentos, fiscalizações, ou obtenção de autorizações de vendas e compras, permissões de acesso a informações privilegiadas ou confidenciais.
- c) Promover um ambiente interno pautado no comportamento ético, de envolvimento responsável e de boas práticas legalmente aceitas nas relações entre os empregados e terceiros.
- d) Reforçar o compromisso de agir proativamente com iniciativas de prevenção e combate à corrupção, em todas as suas formas.

Código: PC 01	Política Anticorrupção	Vigência a partir de: 28/11/2024
-------------------------	-------------------------------	--

- e) Estimular a comunicação entre empregados e terceiros com as autoridades competentes em apurações relacionadas a atos lesivos à administração pública que decorram de suas atividades, observada a legislação vigente e as normas internas.
- f) Prevenir, detectar e punir desvios de conduta e práticas ilícitas cometidos por empregados e terceiros que afetem de qualquer modo a Codemge e suas subsidiárias.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

- a) Constituição da República Federativa do Brasil.**
- b) Lei nº 8.429, de Junho de 1992:** Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.
- c) Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013:** Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
- d) Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016:** Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O Estatuto das Estatais continua em vigor, estabelecendo regras de governança e de contratações para empresas estatais e suas subsidiárias.
- e) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018:** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- f) Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022:** Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
- g) Decreto Estadual nº 46.644, de 6 de novembro de 2014:** Dispõe sobre o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual.
- h) Decreto Estadual nº 47.154, de 20 de fevereiro de 2017:** Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito do Estado, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, e dá outras providências.
- i) Decreto Estadual nº 48.821, de 13 de maio de 2024:** Estabelece novas diretrizes para o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), previsto na Lei Federal nº 12.846/2013, no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais.
- j) Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual,** de 7 de novembro de 2014.
- k) Código de Conduta, Ética e Integridade da Codemge,** de 16 de março de 2018.
- l) PC 04 - Política de Segurança da Informação da Codemge**
- m) PC 16 - Política de Privacidade da Codemge**
- n) IN 18 – Instrução Normativa de Conduta da Codemge**

Código: PC 01	Política Anticorrupção	Vigência a partir de: 28/11/2024
-------------------------	-------------------------------	--

4. DEFINIÇÕES

4.1. Administração: Presidente, Diretores e membros do Conselho de Administração.

4.2. Administração Pública: são todos os agentes, serviços e órgãos ligados ao poder federal, estadual ou municipal nacional, bem como aquelas entidades de direito público ligadas à administração indireta com o objetivo de fazer a gestão de certas áreas de uma sociedade, como educação, saúde, cultura, etc.

4.3. Agente Público: considera-se agente público todo aquele que exerça, ainda que transitoriamente e sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, convênio, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo Estadual e gestores públicos que, por força do cargo, emprego ou função recebam poder público para coordenar e dirigir pessoas e trabalhos.

4.4. Atos Lesivos: atos que atentem contra o patrimônio público, nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (artigo 5º da Lei nº 12.846/2013).

4.5. Atos Ilícitos: aqueles que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violarem direito e causarem dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.

4.6. Corrupção: é o ato ou efeito de se corromper, oferecer algo para obter vantagem em relação aos outros por meios considerados ilegais ou ilícitos.

4.7. Corrupção Ativa: oferecer ou prometer vantagem indevida a agente público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

4.8. Corrupção Passiva: solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

4.9. Conflito de Interesse: situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

4.10. Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

4.11. Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa.

4.12. Empregados: todas as pessoas físicas que prestam serviços de natureza não eventual à Empresa, sob a dependência desta e mediante recebimento de salário.

4.13. Enriquecimento Ilícito: obtenção de vantagem patrimonial indevida, em razão do exercício do cargo, função ou atividade.

4.14. Fraude: engano intencional, apropriação indébita de recursos, simulação de situação ou manipulação de dados que resultem em vantagem ou desvantagem para uma pessoa, empresa ou entidade, fazendo uso de informações privilegiadas em benefício próprio ou de outra pessoa.

Código: PC 01	Política Anticorrupção	Vigência a partir de: 28/11/2024
-------------------------	-------------------------------	--

4.15. Improbidade: é qualquer ato que importe em enriquecimento ilícito ou auferir qualquer tipo de vantagem indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade, nos termos da Lei nº 8.429/92.

4.16. Nepotismo: prática pela qual um agente público usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes, sejam por vínculo da consanguinidade ou da afinidade, em violação às garantias constitucionais de impessoalidade administrativa.

4.17. Prevaricação: retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

4.18. Suborno/Propina: significa dar, oferecer ou prometer qualquer coisa de valor para obter vantagem indevida, bem ou dinheiro em troca de tratamento favorável indevido.

4.19. Terceiros: pessoas ou empresas que mantenham algum tipo de relacionamento com a Empresa.

4.20. Tratamento de dados pessoais: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

5. PRÍNCÍPIOS

5.1. A Codemge e suas subsidiárias, têm a missão de impulsionar estrategicamente a economia mineira. Com a visão estratégica de construir em Minas Gerais o melhor ambiente de negócios do Brasil pautada nos valores da Gestão eficiente e transparente, Responsabilidade Social, Colaboração, Inovação, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

5.2. A Administração tomará as medidas para que sejam garantidas sempre as condutas íntegras praticadas pela Codemge e suas subsidiárias.

5.3. A Administração prima pelo compromisso ético e aplicação dos princípios aqui estabelecidos, responsabilizando-se pela sua efetividade.

5.4. Os princípios e atitudes de combate à corrupção não se restringem ao âmbito empresarial ou ao ambiente interno da Empresa. É responsabilidade de todas as pessoas que atuam pela Empresa, na qualidade de cidadãos, praticar e disseminar estes princípios.

5.5. A Codemge e suas subsidiárias, não contratam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada.

Código: PC 01	Política Anticorrupção	Vigência a partir de: 28/11/2024
-------------------------	-------------------------------	--

6. DIRETRIZES

6.1. Nos termos da Lei nº 12.846/13, os atos lesivos são aqueles que atentam contra o patrimônio público, nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

6.2. Constituem atos lesivos à administração pública, sendo sua prática vedada no âmbito da Empresa:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada.
- b) Comprovadamente financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na lei.
- c) Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- d) Dificultar investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito de agências reguladoras e órgãos de fiscalização do sistema financeiro.

6.3. Ações vedadas no tocante a licitações e contratos:

- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.
- c) Afastar ou procurar afastar licitante por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
- d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.
- e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.
- f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.
- g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- h) Contratar de forma direta, sem licitação, ou celebrar negócios, com pessoa jurídica na qual haja administrador, ou sócio com poder de direção, que seja

Código: PC 01	Política Anticorrupção	Vigência a partir de: 28/11/2024
-------------------------	-------------------------------	--

familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, no âmbito da Companhia.

6.4. Diretrizes da Codemge:

Todos os empregados, conselheiros e administradores da Empresa devem ser devidamente treinados e estarem cientes da obrigação de cumprir esta Política, inclusive, adotar procedimentos que aprimorem o cumprimento da mesma, observando atentamente sinais de alerta que possam indicar possíveis violações da legislação anticorrupção e desta Política. Os sinais de alerta não são, necessariamente, provas de corrupção, nem desqualificam, automaticamente, quaisquer pessoas. No entanto, apresentam-se como indícios que devem ser apurados até que se tenha certeza de que tais sinais não representam infração à Legislação Anticorrupção e à presente Política. São sinais de alerta, aos quais todos os empregados, conselheiros e administradores devem estar atentos:

- a) Ao recebimento de presentes ou brindes por parte de colaborador ou administrador, cujos valores aparentam ser maiores do que os permitidos pelo Código de Conduta Ética.
- b) A apresentação por parte de colaborador ou administrador, de enriquecimento ou de situação econômico-financeira incompatível com sua remuneração, sem causa aparente.
- c) A deliberada desídia na gestão ou na fiscalização de contratos.
- d) É expressamente vedada a celebração de negócios, com entidades que detenham, entre seus dirigentes, agentes públicos da Administração Direta ou Indireta, seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

7. CONTROLE INTERNO

Controles internos são mecanismos que verificam se transações, compras, contratações, pagamentos, contabilizações, etc., estão sendo feitos de forma correta e de acordo com a legislação e normas. Se algum procedimento estiver incorreto, um controle interno também tem a função de alertar para tratamento do erro e atuar como forma de prevenção, diminuindo a possibilidade de ocorrência de fraudes e de irregularidades. A Companhia possui algumas ferramentas cujo objetivo é evitar ou detectar desvios, fraudes, irregularidades e atos lesivos praticados contra seu patrimônio e contra o patrimônio público. Dentre essas ferramentas destacamos:

Código: PC 01	Política Anticorrupção	Vigência a partir de: 28/11/2024
-------------------------	-------------------------------	--

7.1. Auditoria Interna que atua de forma independente, com o objetivo de examinar a efetividade, eficácia e integridade dos controles internos. Os trabalhos são realizados conforme Plano Anual de Auditoria, elaborado pela Auditoria Interna e aprovado pela Administração, podendo ocorrer auditorias demandadas pela Diretoria, em razão de denúncias recebidas, ou ainda, em decorrência da identificação de indícios ou evidências de irregularidades ou fraudes.

7.2. Manual Organizacional e rol de Normas e Procedimentos, publicados na intranet da Codemge, além de automatização de processos, atribuição e segregação de funções e definição de níveis de alçadas.

7.3. Comissão de Ética instituída pela Portaria PRES Nº 01/15 - atuando de forma a zelar pela aplicação do Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual. Conforme dispõe o Decreto nº 46.644/14, a Comissão de Ética visa orientar o agente público sobre ética profissional na respectiva entidade quanto à conduta no ambiente de trabalho, especialmente no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, bem como apurar eventual falta ética no ambiente interno.

7.3.1. A comissão deve apurar, mediante denúncia ou de ofício, condutas em desacordo com as normas éticas estabelecidas, além de recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito da Companhia, o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas e comportamento ético do servidor público.

7.4. O regimento interno estabelece regras e procedimentos sobre conduta disciplinar dos empregados da Codemge e suas subsidiárias.

7.5. A Ouvidoria, que estabelece procedimentos para acompanhamento do canal de comunicação aberto pela Codemge e suas subsidiárias a seus empregados e aos cidadãos.

7.6. Diretrizes para a classificação da Informação, normatizada pela IN 023, que estabelece as diretrizes básicas para a classificação e tratamento das informações de acordo com sua sensibilidade e criticidade para Codemge e suas subsidiárias, visando ao estabelecimento de níveis adequados de proteção, nos âmbitos internos e externos da Empresa.

7.7. Treinamentos periódicos realizados e/ou patrocinados pela Codemge, informando a todos sobre as mudanças ou atualização das leis, políticas, normas e procedimentos, disseminando e reforçando o seu conteúdo ao longo do tempo e contribuindo para a criação de uma cultura ética na Empresa.

7.8. Código de Conduta, Ética e Integridade da Codemge, tem por objetivo sintetizar as diretrizes éticas que devem ser consideradas na condução dos negócios da Companhia

Código: PC 01	Política Anticorrupção	Vigência a partir de: 28/11/2024
-------------------------	-------------------------------	---

por cada um de seus colaboradores e parceiros, independentemente do grau hierárquico e/ou área de atuação, de forma que a Companhia seja guiada para uma atuação como empresa cidadã.

8. CANAIS DE DENÚNCIA

8.1. A Codemge e suas subsidiárias, estão comprometidas com a criação de uma cultura na qual os seus empregados e terceiros entendam suas responsabilidades e se sintam confortáveis para comunicar qualquer suspeita ou evidência de práticas de corrupção. Para tanto, são disponibilizados os seguintes canais para o recebimento de manifestações:

- E-mail de Ouvidoria: ouvidoria@codemge.com.br
- Fale Conosco: <http://www.codemge.com.br/atendimento-2/fale-conosco/>
- E-mail da Comissão de Ética: comissaodeetica@codemge.com.br

Outrossim, visando à preservação do sigilo, o denunciante pode fazer uso do Canal Codemge Íntegra. A plataforma garante a possibilidade de anonimato do denunciante e contribui para fortalecer a cultura da integridade e da ética pública, propiciando um ambiente seguro, com isonomia e comunicação aberta para o combate a fraudes e irregularidades.

O canal é exclusivo para denúncias, que poderão ser feitas por empregados ou pelos demais cidadãos em geral, por meio de:

- Site: canalcodemgeintegra.legaletica.com.br;
- Telefone: 0800 400 3333;
- WhatsApp: (11) 95271-1924;
- E-mail: canalcodemgeintegra@legaletica.com.br

9. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

9.1. As atividades abrangidas por essa política serão realizadas respeitando o tratamento consciente de dados pessoais (especialmente os dados pessoais sensíveis), com observância obrigatória às disposições constantes na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na Política de Privacidade (PC16) e na Política de Segurança da Informação (PC04) da Codemge.

Código: PC 01	Política Anticorrupção	Vigência a partir de: 28/11/2024
-------------------------	-------------------------------	---

9.2. Os demais procedimentos omissos nesta política, relacionados à privacidade e à proteção de dados pessoais, deverão ser executados conforme diretrizes da Política de Privacidade e Política de Segurança da Informação da Codemge.

10.DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A Administração acredita nos controles internos e atua diretamente para garantir sua execução.

10.2. A Administração demonstra o comprometimento com a ética e a integridade nas suas atividades, buscando viabilizar recursos voltados a promover valores, comportamentos, condutas e posturas que entenda serem importantes para garantir a integridade no exercício de suas atividades.

10.3. A Empresa se dispõe a adotar uma postura correta, a combater, prevenir e monitorar a ocorrência de irregularidades, favorecendo o controle sobre as suas atividades e a melhor gestão de recursos públicos.

10.4. O conteúdo desta política deve ser conhecido e observado por todos os empregados, administradores, conselheiros, acionistas e terceiros, sendo o seu descumprimento passível de sanções disciplinares, conforme previsto no Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual, no Código de Conduta, Ética e Integridade da Codemge e no Regime Disciplinar, sem prejuízo da aplicação das leis vigentes.

10.5. Os dirigentes e membros da alta administração demonstrarão sua aderência à observância de padrões éticos e de integridade em sua atuação, bem como à legislação, às políticas corporativas da Companhia e ao seu Programa de Integridade, por meio de assinatura de Termo de Compromisso de Integridade quando da aprovação dessa norma e, para os novos integrantes, quando da posse do cargo.

11.APROVAÇÃO

Esta política entra em vigor a partir da data de aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2024.